

Licenças ambientais emperram regularização

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Após realizar um diagnóstico sobre o que emperra a legalização das ocupações irregulares no Distrito Federal, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) chegou à conclusão que o principal problema dos moradores dessas áreas é ambiental. Os processos de regularização têm como entrave comum a dificuldade de cumprir as etapas de preservação do meio ambiente. A conclusão deve ser apresentada hoje ao grupo de trabalho que envolve representantes do governo local e dos condomínios na busca por uma solução para essas ocupações.

De acordo com a Seduh, existem 545 mil pessoas vivendo em situação irregular no DF. A tendência é que essas pessoas consigam sair dessa condição em grupos de regularização. Somente a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), responsável pelo licenciamento de 220 residenciais irregulares, tem 174 pedidos de liberação acumulados. São processos antigos, que nunca avançaram porque as exigências de cada etapa não foram cumpridas.

As pendências se repetem na superintendência regional do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Quase todos os condomínios que precisam ser licenciados pelo órgão – 293 – estão com o licenciamento parado no órgão. A divisão entre os dois órgãos ocorre de acordo a área da ocupação (leia quadro ao lado).

O superintendente regional do Ibama, Francisco Palhares, ex-

Iano Andrade/CB/15.1.06



VIVIANE, SÍNDICA DO RESIDENCIAL MONACO, CONSEGUIU DUAS DAS TRÊS LICENÇAS

plica que os órgãos ambientais não podem ser responsabilizados pela lentidão na análise de cada caso. Ele afirma que a maioria das exigências não cumpridas são ligadas à infra-estrutura – abastecimento, esgoto e canalização pluvial. “Não adianta tentar passar por cima do licenciamento ambiental sem resolver esses problemas. O governo nem sempre responde por eles”, disse. O secretário de Meio Ambiente, Roberto Giffoni, foi procurado mas não retornou as ligações.

A Seduh trabalha com projeto de bairros para resolver os problemas dos 513 parcelamentos que existem no DF em blocos. Representante do Movimento Popular em Defesa dos Condomínios, Adílson Rodrigues, que também faz parte do grupo de trabalho, critica os órgãos ambientais pelas pressões que exercem sobre os moradores. “A fiscalização está cada vez mais intensa, temos sido notificados com frequência, em um momento em que tentamos resolver esses problemas”, afirma.

ANÁLISE DO PDOT

A regularização dos condomínios também depende de mudanças no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que define as regras de ocupação do solo e crescimento urbano em todo o Distrito Federal. O texto preliminar do plano, transformado em projeto de lei complementar, será apresentado hoje ao Conselho de Planejamento do DF (Conplan). É a segunda vez que o plano é discutido pelos conselheiros. No próximo domingo, os técnicos da secretaria farão uma apresentação das propostas na segunda audiência pública sobre o PDOT. Será das 9h às 13h, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães.

Inconformado, Barreto pretende levar o problema à governadora Maria de Lourdes Abadia. A síndica do condomínio Privê Residencial Mônaco, Viviane Fidelis, foi uma das poucas a avançar no licenciamento ambiental. Este ano, conseguiu do Ibama a licença de instalação, a segunda das três exigidas. “O maior desafio é cumprir tudo que eles exigem. É preciso arcar também com as compensações ambientais. Temos muito trabalho pela frente ainda”, disse.